

A “SANTA PAZ E AS “JUSTAS ARMAS”. O TEMA DA GUERRA EM ANTÓNIO FERREIRA*

LUÍS F. DE SÁ FARDILHA
UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM

fardilha@letras.up.pt

RESUMO: A Paz e a Guerra são perspectivadas na poesia de António Ferreira pelo prisma da subordinação das Armas às Letras – das «fortes armas» às «sãs letras» –, ângulo de que decorre a obrigação do Rei de proteger e defender as letras, como meio para garantir o estado de paz no reino. Por outro lado, no plano do indivíduo, a obediência à razão e o amor pelos «bons livros» asseguram uma paz interior que vem da vitória sobre o mundo – o verdadeiro inimigo que é preciso combater – e tornam indiferente o estado exterior – de paz ou de guerra – em que vive.

PALAVRAS-CHAVE: Irenismo, Guerra Justa, *Aurea Mediocritas*.

ABSTRACT: Peace and War are conceptualized in the poetry of Antonio Ferreira through the prism of the subordination of the Arms to the Letters – of the «strong arms» to ‘sound letters’ - angle that implies an obligation of the King to protect and defend the Letters as a means to guarantee the state of peace in the kingdom. Moreover, in terms of the individual, obedience to reason and love for the «good books» ensure an inner peace that comes from victory over the world - the real enemy that we need to fight - and become indifferent the exterior condition – of peace or war - in which we live.

KEY-WORDS: Irenicism, Just War, *Aurea Mediocritas*.

António Ferreira tinha uma admiração incondicional por D. João III. São recorrentes as referências elogiosas ao monarca português, cujo governo assume, nos *Poemas Lusitanos*, a dimensão dum modelo ideal. Em 1554, na hora de confortar o rei pela morte do príncipe D. João, seu único filho e sucessor, o autor, investido em porta-voz de todos os súbditos, não poupa nas palavras com que pretende enaltecer o soberano:

*Grã rei, senhor das casas do sol ambas,
boníssimo João, mais pai da pátria
que Brutos, ou que Augustos, ou Trajanos,
por grã mercê de Deus, e glória nossa
dado a estes Reinos teus do rico Tejo
até Eufrates, Nilo, Tigris, Gange,*

*O presente trabalho integra contributos decisivos generosamente disponibilizados pelo Professor José Adriano de Freitas Carvalho, a quem deixo aqui expressas a minha dívida e a minha gratidão.

*vencedor da braveza de Neptuno,
senhor de seu tridente, e ricas conchas,
de bárbaros espanto, amor, e medo,
luz clara de inféis, coluna firme
da católica fé, de idolatrias
falsas destruidor, paz do teu Reino,
fortíssimo João, graças te damos¹.*

Como teremos notado, o elogio fixado por Ferreira contempla a referência a um rosto duplo (e oposto), que o rei pode mostrar, de acordo com aqueles a quem se apresenta: se para uns ele é o «boníssimo João» do segundo verso, para outros mostrar-se-á o «fortíssimo João», «de idolatrias falsas / destruidor»; sendo «mais pai da pátria / que Brutos, ou que Augustos, ou Trajanos», ele pode ser, também, «de bárbaros espanto [...] e medo». Com uma face ou outra, ele garante a sua condição de «paz do Reino». Nos mais de trinta anos que levava sob o governo do Piedoso, Portugal vivia, na perspectiva de Ferreira, essa «*pax joanina*» que tornava o país numa ilha paradisíaca fortemente contrastante com um mundo mergulhado em guerra. Assim o tinha retratado o autor dos *Poemas Lusitanos* menos de dois anos antes, na écloga Arquigâmia com que quis associar-se à alegria de todo o reino pelo casamento do príncipe herdeiro com a princesa D. Joana², em que se referia a D. João III como aquele «Rei dos céus à terra dado / para remédio da que se perdia / paz já no mundo.» É um modo de opor o monarca português, «o pacífico João, e piadoso», aos «reis tiranos livres» que «em tempos infelices» e «pelo mundo ind’agora» tinham consumido no passado, e ainda na actualidade iam consumindo «os públicos tesouros», «tirados do suor, do sangue, e vida / de seus cativos povos»³, que lhe servem de contraste na «Congratulação de todo o Reino... na morte do Príncipe D. João, seu filho, que sofreu pacientíssimamente» . Nos antípodas desses, o rei português pode ser chamado de «Rei justo, Rei clemente, Rei pacífico, / Rei homem, Rei e pai, senhor e amigo»⁴.

Poderíamos equacionar a hipótese de estas referências, que opõem o rei português a um mundo onde a paz corre o risco de se perder porque nele governam «tiranos livres», decorrerem de concepções de natureza politico-jurídica em vigor em Portugal e que limitavam a liberdade dos reis por contratos

¹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Edição de T. F. Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 253, vv. 1-13.

² FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 157-159, vv. 27-72.

³ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 254, vv. 40-45.

⁴ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 254, vv.48-49.

estabelecidos com os seus povos⁵. Esse contratualismo, que tinha expressão privilegiada nos momentos de juramento e de aclamação dos reis em cortes, estabelecia a obrigação de o monarca operar sempre em favor do bem comum, um compromisso a que correspondia a alienação da liberdade dos súbditos na pessoa do soberano⁶. É uma responsabilidade política que Ferreira sublinha, de maneira bem explícita, na *Castro*, pela voz de D. Afonso IV, quando este contraria a insinuação de Pacheco de que, na condição de legítimo representante de Deus na terra, lhe seria permitido impor a sua vontade, fazendo-a valer como lei:

REI

*Deus o faça
cuja vontade é lei, e a minha não.*

PACHECO

*Essa licença tem também os reis,
que em seu lugar estão.*

REI

*Antes não tem
licença pera mais, que quanto pede
a razão, e justiça: a mais licença
é bárbara crueza de inféis.⁷*

O elogio de D. João III seria, assim, o reconhecimento do modo exemplar como este exercia o ofício régio, isto é, com a prudência, misericórdia, sabedoria e clemência com que um rei a quem Deus elegeu deve agir para com os seus

⁵ São vários os tratados que, por este período, abordam o tema. A título de exemplo, poderemos referir os seguintes: *De Republica Gubernanda per Regem* de Diogo Lopes REBELO, dedicado a D. Manuel por ocasião da sua subida ao trono e impresso em Paris por Antoine Denidel (c. 1497); a *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* de Frei António de BEJA, impressa em Lisboa, por Germão Galharde, em 1525, e que foi oferecida pelo autor a D. João III; de Lourenço de CÁCERES, *As condições, e Partes, que há-de ter um Bom Príncipe* (c. 1528), uma “doutrina” dirigida ao Infante D. Luís. Embora não tenham sido expostas sob a forma de tratado, as ideias políticas de D. António Pinheiro (1510?-1583?), um contemporâneo de António Ferreira que com ele coincidiu na corte de D. João III, podem ser conhecidas em GRAES, Isabel – *D. António Pinheiro: um testemunho jurídico-político na corte quinhentista portuguesa*. «Cuadernos de Historia del Derecho». Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Vol. 15 (2008), p. 345-382. Para uma visão de conjunto, poderá consultar-se ALBUQUERQUE, Martim de – *O Poder Político no Renascimento Português*. Separata de «Estudos Políticos e Sociais». Lisboa: ISCSP. Nº 4-5 (1966-1967).

⁶ Como é possível verificar no tratado de Francisco SUÁREZ *Defensio fidei catholicae et apostolicae adversus anglicanae sectae errores* (Coimbra: Diogo Gomes Loureiro, 1613), o pensamento dominante nas sociedades católicas em relação à forma como se estabelecia o poder político considerava que este tinha por base um duplo pacto (um *pactum associationis*, pelo qual se constitui a sociedade, e um *pactum subjectiones*, que estabelece quem exerce o poder). Pelo pacto de sujeição, o poder era transmitido ao rei imediatamente pelo povo, mas na condição de servir o bem comum. Era por isso um poder revogável, se não fosse utilizado para o fim que tinha legitimado a sua transmissão.

⁷ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 410, vv. 678-685.

súbditos, como um pai age com os seus filhos. A paz reinante em Portugal representaria, nesta perspectiva, a consequência lógica do bom governo do seu monarca.

Independentemente destas considerações, globalmente bastante tradicionais no que respeita ao pensamento filosófico-político, parece claro que o rei de Portugal é um monarca diferente não apenas dos tiranos pagãos (seja de tempos antigos, seja dos tempos modernos), mas igualmente daqueles reis cristãos que alimentavam guerras entre si, descurando os seus deveres de governantes, e também os valores cristãos que deveriam praticar. Estes elogios ao «cristianíssimo Rei» que é D. João III servem, ainda, para acusar os outros príncipes cristãos que, como ele, têm o dever de preservar a mesma paz, e vêm juntar-se, portanto, aos próprios apelos directamente feitos a esses reis cujos «pecados» permitiram que «o belicoso Marte», esse «cruel e furioso / imigo dos pastores, e dos gados, da terra, e das sementes» descesse «contra o mundo tão iroso», «que té os lugares mais sagrados / assi com ferro, e fogo cometeu, / que tudo de ira, cinza, e sangue encheu»⁸.

Deste ponto de vista, um dos apelos mais profundos de A. Ferreira à paz encontra-se na écloga *Natal*, dedicada a D. João de Lencastre, duque de Aveiro... O próprio tempo de celebração da natividade de Cristo, esse Cristo que, como diz A. Ferreira, «[...] por só paz de nossa guerra / [vem] alegre morrer»⁹, conduzia-o, naturalmente, ao tratamento do tema. A própria súplica introdutória da écloga àquele «grã Minino eterno e santo»¹⁰ constitui um desenvolvimento do anúncio que da mesma paz, um dia, foi feito, antes de mais, a antigos pastores, nos quais os da écloga se revêem. Como esses, também estes, ainda que não sejam mais do que pastores artificiosos de género poético – e talvez por isso mesmo –, podem reanunciar a paz. Não são eles, como afirma o poeta, «pastores ditosos, que da guerra / do mundo [estão] livres, e [dormem] / seguramente em vale, em campo, em serra»¹¹, porque vivem, também, em paz?

Precisamente por toda esta justificação que as tradições bíblicas e clássicas consolidam, os pastores podem, juntamente com os lavradores, não só criticar a riqueza e soberba (os bens do mundo...) dos reis – «Rei, que sentado estás no precioso / estrado d’ ouro, e prata, olha a pobreza / do teu Rei, do teu Deus tão poderoso. // Hoje se desprezou tua riqueza, / hoje só se abateu teu alto estado»¹² –, mas ainda, lembrando que também os reis são pastores e, sobretudo, pastores cristãos, considerar a obrigação que têm de ser amigos, essa amizade

⁸ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 157, vv. 1-8.

⁹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 220, vv. 26-27.

¹⁰ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 220, v. 30.

¹¹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 224, vv. 104-106.

¹² FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 223, vv. 89-93.

que pode fazer voltar o mundo a ser aquele lugar de delícias onde «corram as águas claras, corram rios / de puro leite...»¹³. E, por isso mesmo, em dois momentos inseparáveis, desenvolve o poeta um argumento fundamental: a filiação cristã dos reis a quem se refere. Com efeito, num primeiro momento tira as consequências do facto de se dirigir a pastores cristãos, isto é, a pastores que crêem nesse Menino e não a pastores gentios: porque cristãos, são filhos de Deus e irmãos de Deus, pertencem, em suma, ao mesmo “corpo místico”, unido, precisamente, por essa amizade! A. Ferreira não a caracteriza com precisão, mas não deixa de se servir deste argumento bem tradicional, mas tão importante que, em algum momento, com a atenção que lhe dedicou Erasmo¹⁴, passou até por uma das características do cristianismo humanista: que sentido tem combater, ferir, destruir o seu próprio corpo? Por isso, o poema lança um apelo a esses reis que se reclamam cristãos, ao mesmo tempo que lhes aponta a exaustão do corpo místico que integram: «... poupai / vosso sangue de que já andais vazios»¹⁵.

O segundo momento, intimamente relacionado com o anterior, lembra que esses «pastores cristãos [chamam] ao grã Deus pai», porque, incarnando, Deus «hoje irmão se vos fez»¹⁶. Logo, como reitera o poeta, há que guardar esse dom de «paz e irmandade» que Cristo trouxe ao mundo. Só assim, isto é, sendo absoluta e consequentemente cristãos, será possível que

*torne este nosso tempo àquela idade
que tudo era sã paz, e puro amor,
sem meu, sem teu, sem muros, sem cidade*¹⁷.

António Ferreira, porém, num outro poema, a ode dirigida precisamente «aos reis cristãos»¹⁸, desenvolve de forma mais premente e mais directa e, por isso, também mais dramática, os apelos anteriores à paz entre esses reis cristãos e, consequentemente, de modo mais geral, entre os cristãos que, com fortuna vária, quase desde os começos do século XVI se vinham defrontando em várias partes – da Bretanha tomada por Henrique VIII, até às guerras de Itália; desde

¹³ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 225, vv. 126-127.

¹⁴ *Quam absurdum est eos pene continenter inter se bellgerari, quos vna domus habet Ecclesia, qui eiusdem corporis membra communi capite gloriantur, nempe Christo, communem habent patrem in coelis, communi vegetantur spiritu, iisdem initiati sunt mysteris, eodem redempti sanguine. eodem renati fonte, iisdem aluntur sacramentis, eidem militanti imperatori, eodem vescuntur pane, eiusdem participes sunt calicis, communem habent hostem diabolum, postremo ad eandem omnes vocati sunt haereditatem.* (DESIDERII ERASMI ROTERODAMI – *Dulce bellum inexpertis*. In *Opera Omnia*. Tomo XXVII. Amsterdam: Elsevier, 1999, p. 26.

¹⁵ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit. p. 225, vv. 129-130.

¹⁶ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 225, vv. 131-132.

¹⁷ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 225, vv. 134-136.

¹⁸ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 111-112.

a Espanha englobada no Império, até à Alemanha.

Nesse poema que se organiza à volta de um vocabulário tomado num campo semântico facilmente associado à guerra – *cruéis, crueza, cegos, furiosos, cruel furor, fereza, ódio* – A. Ferreira, lastimando profundamente que a crueldade e a cegueira com que os príncipes se fazem a guerra não seja antes orientada para combater «os inféis / bárbaros poderosos / turcos»¹⁹, aponta as três frentes a que deveria, com tal finalidade, dirigir-se o ódio justo dos reis cristãos: em primeiro lugar, o velho sonho de recuperar o controlo sobre Jerusalém; depois, arrasar Meca e o Cairo, isto é, fazer diminuir a pressão turca no próximo Oriente, com a finalidade de garantir a recuperação anterior; finalmente, aliviar as fronteiras da Europa, de que o turco se tinha dramaticamente aproximado, enquanto os cristãos combatiam entre si.

Apesar deste plano, não é neste santo ódio que A. Ferreira pretende insistir, mas, sim, orientando-o adequadamente, que por ele se obtenha a paz, essa «paz santa», esse «bem nosso» entre cristãos²⁰.

E, antes de terminar, A. Ferreira aponta aos mesmos reis a trágica originalidade, a anti-humanidade de tal guerra entre irmãos:

*Nunca se viu fereza
a esta que usais igual,
armados de crueza.
Um ao outro animal
da mesma natureza não faz mal*²¹.

Por isso, com veemência, o poeta pede aos príncipes que, suspendendo por momentos a guerra, se olhem, isto é, não só se contemplem nesse instante na sua própria ferocidade, mas também vejam

*com quanta razão chora
a Cristandade a paz, que lançais fora*²².

No fundo, António Ferreira – à sua maneira e talvez em convergência com Erasmo – pede apenas a esses príncipes identificados como cristãos que escutem a *querella pacis*, expressa pela boca de todos os que tinham de fazer a guerra.

Neste ponto, podemos voltar a assinalar a diferença que o poeta português estabelece entre o seu rei e os restantes monarcas do seu tempo:

¹⁹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 111, vv. 3-5.

²⁰ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 112, vv. 31-32.

²¹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 112, vv. 36-40.

²² FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 112, vv. 44-45.

*Espantem outros, sejam mais temidos
que tigres, que liões, e trema ant' eles
como ant' a mesma morte, o triste povo.
Não ousem levantar os olhos nunca
a seus irosos rostos; adorados
se façam ser por forças, e por medos.
Novas cruezas usem, com que tenham
seguros os estados de seus ódios.
Tu rege mansamente, e com justiça.
Estas sejam tuas artes: a paz ama,
a vencidos perdoa, que se entregam,
a soberbos destrui, desfaze e apaga²³.*

Nesta ordem de ideias, A. Ferreira assinala, em carta dirigida ao secretário Pero d' Alcáçova Carneiro, que «os dous esteios / firmíssimos»²⁴ do poder português têm de ser as «sãs letras» e as «justas armas»... As «sãs letras», – entenda-se, «os bons livros»..., «os bons estudos»... isto é, os que não são pervertidos pelo «mau zelo»²⁵ – são as verdadeiras organizadoras da Paz e, por isso, o poeta, recordando Roma – que «d' armas em justa guerra armada vinha / de letras em boa paz; e assi igualmente / d' ambas sempre ajudada se sustinha»²⁶ – pode comparar D. João III com Augusto e Trajano²⁷, tanto porque o

*seu santo fim todo é desviar o dano
que mal nos ameaça, destruindo
mau desejo, mau zelo, e mau engano*

como ainda porque

*a nova luz das letras foi seguindo,
as fortes armas co' elas governando
de que tamanho bem ao mundo é vindo²⁸.*

O mais importante aqui não será a alusão ao tópico da equiparação das armas às letras – tópico que, aliás, A. Ferreira não deixa de elaborar –, mas, sim,

²³ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 254-255, vv. 67-78.

²⁴ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 256, vv. 13-14.

²⁵ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 258, vv. 79-87.

²⁶ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 257, vv. 49-51.

²⁷ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 258, vv. 58-60.

²⁸ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 258, vv. 61-66.

afirmar, em coerência, a subordinação das armas, mesmo as justas, às letras, isto é, às sãs letras²⁹. Sem estas, não há paz e, logo, não haverá qualquer guerra justa nesse mundo “outro”, isto é, não português, a que tem de ser levada. Na carta a D. Constantino de Bragança, que partia a governar a Índia, A. Ferreira aponta, vincando a fronteira que separa os dois universos, essa «tão nova terra» onde Deus tem dado «tantas vitórias» às «inocentes armas», isto é, à «santa guerra»³⁰ que combate pela fé e não pelas riquezas, afirmações que, para além das evidentes e tradicionais conotações cruzadísticas nelas implícitas, são um modo de idealmente reafirmar o peso da Justiça e da Paz frente a outros bens do mundo. Não podemos seguramente esperar que A. Ferreira, mesmo se contemporâneo de Bartolomé de Las Casas e de Francisco de Vitoria, se interogue como Erasmo, se é justo levar a guerra aos turcos³¹. Não deixa, no entanto, de apontar, em termos genéricos, a ambição como a raiz mais funda de todas as guerras – convergindo, neste ponto, com Erasmo e todos os moralistas, incluindo o referido Las Casas³². Com efeito, a propósito de uma *nau da armada em que ia seu irmão Garcia Fróis*, A. Ferreira condena aqueles que, movidos pela ambição, rompem os caminhos do mar, abrindo-os à morte e à guerra:

*Se Deus assi apartou
com suma providência o mar da terra,
que a nós, os homens, deu por natureza,
como houve homem que ousou
abrir por mar caminho mais a guerra
qu’ a paz, e a morte mais, roubo, e crueza.*²⁸³

Note-se como a ambição, enquanto violência à Suma Providência de Deus,

²⁹ Para um maior desenvolvimento desta temática, no quadro da cultura portuguesa do século XVI, tomamos a liberdade de remeter para o nosso trabalho *A Nobreza das Letras: os Sás de Meneses e o Renascimento Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2008.

³⁰ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 350, vv. 112-117.

³¹ *Mihi sane ne hoc quidem adeo probandum videtur, quod subinde bellum molitur in Turcas; [...] quod ferro paratum est, ferro vicissim amittitur. Vís Turcas ad Christum adducere? Ne ostentemus opes, ne militum mane, ne vires; videant in nobis non titulum tantum, sed certas illas hominis Christiani notas: vitam innoxiam, stadium benemerendi etiam de hostibus, iniuctum omnium iniuriarum tolerantiam, pecuniae contemptum, gloriae neglectum, vitam vilem; audiant coelestem illam doctrinam cum huiusmodi vita congruentem. His armis optime subiguntur Turcae.* (DESIDERII ERASMI ROTERODAMI – *Dulce bellum inexpertis*. In *Opera Omnia*. Tomo XXVII, ob. cit., p. 38).

³² *La causa porque han muerto y destruido tantas y tales y tan infinito número de ánimas los cristianos, ha sido solamente por tener por su fin último el oro y henchirse de riquezas en muy breves días, y subir a estados muy altos y sin proporción de sus personas, conviene a saber, por la insaciable codicia y ambición que han tenido más respecto.* (LAS CASAS, Bartolomé de – *Brevisima Relación de la Destrucción de las Indias*. Apud «Cadernos de Literatura de Viagens». CLEPUL: Almedina. Número 2 (2010), p. 155).

³³ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 115, vv. 31-36.

preside a um “mundo desorganizado”, contrário à *natureza*: o ódio, o riso dos maus, os procedimentos danados, a morte, a inveja, a crueza, a má cobiça, servem muitas vezes para o caracterizar, e o poeta refere-se muitas vezes a ele, para se lhe opor. E essa oposição passa, também, por um coerente apelo ao poder real, para que se empenhe em organizar esse mundo de acordo com os ideais de Justiça e de Paz que devem nortear a sua acção. Parece evidente que esta é uma perspectiva que, de algum modo, determina a visão que, neste quadro, o poeta terá sobre a *santa paz* e a *santa guerra*. Ao identificar as *fortes armas* com as *justas armas*, e ao subordiná-las às *sãs letras*, António Ferreira esforça-se por criar, para aquém do princípio “utópico” das Letras, da Poesia, sobretudo, como organizadoras da paz, algumas condições para que a guerra, ponderados o quê, o como, o quem e o por quem, como tantos outros que da delicada questão se ocuparam – também Erasmo –, possa ser justa (hoje diríamos, certamente, menos injusta), de acordo com os princípios que, desde S. Tomás de Aquino, foram elaborando tão difícil e tão frágil conceito... Nesta valorização das Letras, tanto ao nível do bom conselho, como ao nível, mais elevada e utopicamente poético, da organização da paz do mundo pela Poesia, António Ferreira, com os olhos postos num rei protector e “seguidor” dos bons livros (*dos céus à terra dado / para remédio da que se perdia / paz no mundo*³⁴), canta, em *Arquigâmia*, o tempo e o lugar do Portugal joanino, como os de um novo paraíso. Dum ponto de vista apologético referido à comunidade nacional, esta evocação parece ter a mesma função que a *aurea mediocritas* cumpre, no quadro tópico da poesia pastoril, no âmbito individual: a oposição ao mundo, isto é, a paz em Portugal por oposição à guerra em outros mundos, a começar pelo mundo cristão.

Se D. João III, exercendo de modo ideal a sua função real, pôde conduzir o mundo português a esse “estado de paz” que o transformou no último refúgio da Justiça e da Paz, também enquanto indivíduo mereceu o elogio de Ferreira, por ter sido capaz de, superando circunstâncias pessoais especialmente trágicas, atingir aquela paz interior que está apenas ao alcance dos verdadeiros heróis. A morte do Príncipe D. João, seu último filho e único herdeiro, ofereceu a ocasião extrema para que o monarca desse mostras claras – ou assim as quis ver o poeta, tal como outros autores seus contemporâneos – de ter atingido um alto grau de sabedoria que o tornara indiferente ao estado referencial que o rodeava e em que se inscreviam os acontecimentos da sua vida individual. Perante a perda do seu único herdeiro – a última de muitas que a tinham precedido –, o monarca português mostra-se digno da sua condição real, exibindo a firmeza do rochedo no meio da mais violenta tempestade, como sublinha Diogo de Teive:

³⁴ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 157, vv. 12-27.

*Verum illa firmi pectoris constantia,
Quam nulla tempestatis ira aut impetus
Immanitate saenus obruere potest,
Scopulo tenaci similis esse ducitur,
Quem fluctuantes haud mouent undae loco
[...]
Haec una uirtus inclutos Reges decet
Qui uelut in altis montium sedent iugis,
Vbi semper acres proelium Euri concitant,
Vbi caeca rerum domina praecipue explicat
Fortuna uires sceptraque ostentat sua³⁵.*

No plano individual, humano, o pai – que D. João III também era – aceita com igual firmeza a dor causada pelo desaparecimento desse derradeiro filho e, tendo-a sofrido «patientíssimamente», pôde vencê-la e conservar aquela serenidade de espírito que é o sinal claro da maior e mais verdadeira das vitórias: aquela que o homem alcança sobre si próprio. Em consequência, podia Ferreira proclamar na *Congratulação de todo o reino a el-Rei...*, em termos que poderiam de outro modo parecer-nos paradoxais:

*Não por tuas vitórias com que espantas
o mundo todo; não por teus tesouros,
com que esta tua terra enriqueceste,
justamente ganhados; não por letras
com qu’ armas ornaste, honrado Febo
igualmente com Marte, que florecem
agora mais que nunca; não por leis
santas, iguais, e justas, com que os vícios
castigas nos maiores e menores.
Não te louvamos, rei, não te louvamos
d’ espectáculos vãos dados ao povo,
de prodigalidade de moedas
lançadas pelas ruas; não de mares
apetitosamente atravessados
de trabalhosas pontes sementeas
de peças de ouro, e prata, e ricas pedras,*

³⁵ TEIVE, Diogo de – *Tragoedia quae inscribitur Ioannes Princeps*. In *Obra Completa*. Organização e tradução de PINTO, António Guimarães. Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2012, p. 239.

*de montes arrasados, rios secos,
de, sem necessidade, águas trazidas
de longe por mil canos, mil rodeios;
não de popas douradas, velas ricas
de púrpuras, e remos de ouro, e prata,
de tanques, de piscinas, de arcos, termas,
bosques, parques, teatros, capitólios,
carros, literas, tigres, liões, ussos,
de feras monstruosas, nunca vistas,
e de outras não grandezas, mas solturas,
[...]*

*Nós, bom Rei,
de ti só te louvamos; de ti só
damos graças às céus, que te nos deram.*

O maior louvor que este «Rei homem, Rei e pai» merece, é-lhe devido por «aquela fortaleza nunca vista / [...] que contra a morte de um [...] filho / único sucessor do [seu] estado» mostrou:

*A fortaleza grande, e gloriosa
pera sempre a teu nome, a este teu Reino,
que exemplo imortal fica d' outros reinos;
[...]*

*... quem a entende? Quem não espanta?
Como se pode crer dos que vierem?
Ou em qual dos passados se viu nunca?»³⁶*

O comportamento de D. João III «na morte do Príncipe D. João, seu filho, que sofreu pacientissimamente», é, pois, para o poeta a evidência de que o monarca alcançara a vitória definitiva contra o mundo e, assim, atingira a paz dos verdadeiros heróis, isto é, a paz interior do sábio, para quem o estado exterior de guerra ou de paz se tornou indiferente.

Sem o declarar de modo tão claro e explícito, Ferreira parece ver no monarca a mesma igualdade de coração que assinalava no «antigo pai das Musas desta terra», o velho João Rodrigues de Sá de Meneses recolhido no Porto, o qual, nada esperando e nada temendo, podia já mostrar-se «igual sempre na paz, igual na guerra»³⁷. Como o velho patriarca dos Sás de Meneses, a paciência com

³⁶ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 254, vv. 50-58.

³⁷ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 270, v. 3.

que o monarca reagira à morte do príncipe herdeiro deixa evidente que o rei, obrigado pelo seu ofício a viver no mundo, sabe reger-se por valores diferentes dos mundanos. Por isso, não são as vitórias militares, a magnanimidade ou outras grandezas do mundo que os portugueses louvam no seu rei. O que nele admiram todos os súbditos de que Ferreira se faz porta-voz é a extraordinária vitória sobre o seu humano afecto de pai, a capacidade para compreender a pequenez dos sentimentos humanos, por mais legítimos e compreensíveis que sejam. E não é apenas o autor dos *Poemas Lusitanos* a dar expressão a esta admiração. Também Diogo de Teive, como já deixámos referido acima, assinala, na sua *Tragédia do príncipe D. João* a capacidade demonstrada por D. João III para aceitar, com admirável fortaleza, a morte do último filho e para respeitar, como «Rei cristianíssimo», os desígnios de Deus³⁸.

Como aqui acontece, nos *Poemas Lusitanos* a paz surge referida frequentes vezes como uma situação referencial que os heróis – poderíamos dizer que *só os heróis* – suplantam e em que inscrevem – *eles e só eles* – as suas vitórias. Assim o declara explicitamente A. Ferreira a alguns heróis – ou a outros que apenas poderemos considerar candidatos a tal consagração, como D. Pedro Dinis de Lencastre:

*Por ti florescerá a alta memória
de teus grandes avós, e o raio ardente,
que em ti s' esconde, nova luz à gente
trará na paz, na guerra, e na vitória*³⁹.

Também o Senhor D. Duarte (filho do Infante D. Duarte):

*conselho, e esforço, ardis, e boa presteza,
em paz, e em guerra as boas artes juntas*⁴⁰.

Até mesmo aos filhos de João Rodrigues de Sá de Meneses, como “profetiza” ao próprio pai:

³⁸ Também no «Discurso fúnebre» que pronunciou em Coimbra em finais de Janeiro de 1554 («em louvor do ilustríssimo Príncipe de Portugal D. João»), Diogo de Teive sublinha «a firmeza» com que D. João III foi capaz de suportar as «numerosas perdas das coisas mais importantes e tantas mortes de filhos»: «Sed quorsum haec commemorare stinet, quae non minus nota sunt tibi, Rex sapientissime, quam est omnibus gentibus ac nationibus comperta et explorata inuictissimi animi tui constantia, qua tam moderate tot maximarum rerum detrimentis totque liberorum funera tulisti?» (TEIVE, Diogo de – *Jacobi Tevii Bracarenensis Oratio Funebris in laudem Ioannis illustrissimi Lusitaniae principis*. In *Obra Completa*. Organização e tradução de PINTO, António Guimarães. Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2012, p. 175-176).

³⁹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 88, 20, vv. 5-8.

⁴⁰ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 312, vv. 92-93.

*Ó como esse teu nome glorioso
vejo! Quão altamente sorá
sempre o teu epitáfio tão famoso!*

*Já a ti em vivo te leva, e levará
por ti aos céus teus filhos o alto exemplo,
que em guerra, e em paz ao mundo ficará⁴¹.*

Este tipo de referências à paz ou à guerra como contexto heróico indiferente surge ainda, e talvez mesmo com mais naturalidade, quando celebra D. Sebastião, esse rei que, segundo “profetizava” a Francisco de Sá de Meneses,

*Tarde aos céus subirá, luz e alegria
do mundo, grande em paz, grande em guerra⁴².*

A paz ou a guerra, as campanhas de Cipião em África ou a clausura do Tempo de Jano – parece ser o sentido destes exemplos na ode dirigida ao mesmo aio do príncipe D. João⁴³ – serão sempre um contexto “indiferente” para o herói... Por isso, é mesmo possível admirar como espíritos rudes, ânimos ousados sem arte de guerra e sem arte de paz construíram o Portugal antigo:

*O Portugal antigo, que louvamos
d’espíritos rudes, de ânimos ousados:
qu’ arte à sua guerra, à sua paz achamos?⁴⁴*

Mas tais referências – que poderíamos facilmente considerar banais – podem também remeter para o trabalho, o esforço do herói – mesmo naqueles que superam esse contexto exterior que referimos, através da glória e da memória que o prolonga – e, depois, para o repouso a que todo o guerreiro tem direito. Não deixa, porém, de ser significativo notar que na única alusão de A. Ferreira à paz enquanto repouso, parece enunciar-se também que esse repouso, mesmo sendo algo desejável e justo, pode não ter condições para ser efectivamente logrado. De facto, a D. Luís de Vasconcelos que voltava da Índia, o poeta, depois de recordar, precisamente, as duras armas e os duros trabalhos com que em

⁴¹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 271, vv. 55-60.

⁴² FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 135, vv. 141-142.

⁴³ *Ode a Francisco de Sá de Meneses*. In FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 124-126, vv. 31-42, nomeadamente.

⁴⁴ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 256, vv. 16-18.

todo o tempo se alcançam os nomes altos, exorta-o a disfrutar de um merecido repouso, sublinhando:

*Deixa as iras de Marte, deixa as iras
Do furioso mar, e bravos ventos,
em que mais males viste dos que ouviras.*

*Quieta agora os altos pensamentos.
Tuas armas pendura. Enxuga as roupas.
Logra com paz teus bons contentamentos.
Bem deves à tua vida, se bem a poupas⁴⁵.*

Seguramente ter-se-á notado que A. Ferreira não diz «logra a paz... de teus bons contentamentos»..., mas sim «com paz», uma precisão importante que poderá indicar que a paz não é apenas uma questão de repouso com «contentamentos», mesmo que estes sejam «bons»... A paz é um bem, um estado interior a que o herói tem de aceder e que tem de cultivar e preservar acima de quaisquer circunstâncias exteriores.

Esta tranquilidade interior aparece referida, por vezes, como o verdadeiro fundamento da vida humana e, por isso mesmo, marca a fronteira que permite distinguir a distância entre o bem e o mal, Deus e o mundo e, conseqüentemente, perceber que o “outro”, o mundo, é o verdadeiro inimigo de cada indivíduo e aquele a quem é preciso dar combate. Não será esta a lição final da carta que A. Ferreira escreve a D. João de Lencastre, incitando-o a desprezar as críticas do mundo à sua piedade e saber, para que, assim, se revele a sua alma santa, sábia e generosa?

*Vive, bom João, e seja conhecida
essa alma santa, sábia, e generosa,
dos céus, por nosso exemplo, em ti influída.*

*Despreza a cega gente, só engenhosa
em seguirem seu mal, e a quem imigo
sempre foi o saber, virtude odiosa.*

*Ouvi sempre dizer que o mor perigo
para o homem era o homem. Mas tenha eu*

⁴⁵ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 142, vv. 55-61.

*crédito com Deus n' alma e só comigo
paz boa; e seja o mundo imigo meu*⁴⁶.

Consequentemente, com uma tonalidade estoicizante que tem sido frequentemente assinalada em António Ferreira⁴⁷, este poderá declarar ao mesmo D. João de Lencastre, numa ode, que

*não teme, não espera
não pende da fortuna ou vãos cuidados
a consciência pura [...]*⁴⁸.

A um exemplo pode seguir-se sempre outro exemplo. E Ferreira não deixará de apontá-lo, como ficou já referido, nesse «antigo pai das Musas desta terra» que era, proverbialmente, João Rodrigues de Sá de Meneses, quando, ao anotar a sua igualdade de coração, o diz quase emblematicamente «igual sempre na paz, igual na guerra». É esta igualdade de coração que lhe permite viver no mundo, isto é, entre «homens [...] vãos», como se entre eles não vivesse, ou, dito de outro modo, viver «em paz com tanta guerra»⁴⁹. Paz interior derivada aqui não só de seguir a razão⁵⁰, cujos caminhos «ao céu vão direitos»⁵¹, mas também como uma consequência directa, no sistema ideológico de António Ferreira, de perseguir o saber, as letras, que tornam o homem semelhante a Deus:

*Aqueles são sós homens verdadeiros
que somente o que é seu seguem, e amam,
e quanto mais o seguem, mais inteiros.*

*Aqueles são sós homens que se afamam
com letras, com saber, com que alumiam
o mundo, e tudo o mais fortuna chamam.*

⁴⁶ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 269, vv.73-82.

⁴⁷ Vejam-se: EARLE, T. F. – *O estoicismo e o culto das Musas na poesia de António Ferreira*. In *Actas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Ed. by BRAUER-FIGUEIREDO, M. Fátima Viegas. Lisboa: Lidel, 1995, p. 435-440 e LUÍS, Mário Hélder Gomes – “*Estoicismo cristão*” na poesia elegíaca de António Ferreira. In *III Colóquio Clássico — Actas*. Coord. de TORRÃO, João Manuel Nunes. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1999, p. 321-346. Valeria a pena discutir, um dia, a natureza deste «estoicismo» de António Ferreira, estudando nomeadamente se não se tratará, sobretudo, duma consequência do seu reiterado horacianismo...

⁴⁸ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 110, vv.14-15.

⁴⁹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 271, vv. 40-42.

⁵⁰ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 273, vv.103-104.

⁵¹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 274, vv.139-141.

*Deste lume alumizados, quanto viam
desprezavam os sábios; neste está
aquele sumo bem, a que subiam*⁵².

Por isso, João Rodrigues de Sá de Meneses pode afirmar – e afirma-o A. Ferreira por ele – que

[...] *cavas, muros,
baluartes, bombardas, armaduras,
petrechos, valos, minas, contramuros,*

*nem por piques trepar, nem aventuras
vãs de desprezar morte, dão vitória
mas prudentes conselhos, e almas puras*⁵³.

Se acima foi relativamente fácil verificar que o guerreiro tem direito a gozar com paz seus bons contentamentos, também agora parece não ser difícil aceitar que A. Ferreira conclua, apoiado, aliás, em toda uma tradição tão clássica como bíblica, que também o sábio pode, talvez até com maior razão, aspirar a um certo repouso longe do mundo vão. O ócio de que desfruta J. Rodrigues de Sá de Meneses é, segundo Ferreira, precisamente o tempo interior em que, acompanhado de bons livros, lhe é permitido verificar em si mesmo as suas próprias leis⁵⁴. Um descanso, essa distância do mundo, que, contudo, embora continue a exigir uma vigilância permanente, não deixa de ser a confirmação da indiferença a todas as circunstâncias e valores mundanos, uma vez que, no seu retiro, o herói já não teme

*príncipes, ou fortuna, ou morte, ou fados*⁵⁵.

Sejam quais forem as circunstâncias exteriores, a consciência pura, resultante dum distanciamento do mundo e, logo, da independência pessoal fundada na virtude e na razão – uma lição classicamente formulada, mas cristãmente assimilada – é, exemplarmente, o fundamento da paz interior. É natural que tal paz – se quisermos: tal serenidade de coração – aspire idealmente a inscrever-se numa pacificação exterior que pode identificar-se com esse «bom estado meão

⁵² FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 273, vv.112-120.

⁵³ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 274, vv.130-135.

⁵⁴ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 274, vv.145-147.

⁵⁵ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 274, v. 160.

[...] / [...] fortuna honesta»⁵⁶, ideal que o autor dos *Poemas Lusitanos* desenvolveu precisamente na carta I.9⁵⁷ enviada ao já mencionado D. João de Lencastre. E, mesmo que o poeta volte a aprofundar, como se sabe, noutros poemas maiores esse ideal de *aurea mediocritas*, nunca como nesta carta terá deixado vincado quanto e como esse ideal, essa mediania vivida longe do mundo identificado com as vãs cortes, as vãs cidades, deve permitir a descoberta, no verde campo, da inocência, da verdade, da justiça, da fé, da castidade, ou seja,

[...] *as derradeiras*
pegadas que cá deixaram, aos céus subindo
*da terra, às suas moradas verdadeiras*⁵⁸.

A *aurea mediocritas* revela-se, deste modo, como o maior sinal de independência pessoal e, logo, o melhor meio de se opor ao mundo, essa oposição que literariamente se afirma pelo ódio ao profano vulgo e que A. Ferreira identifica, na mesma linha, com o povo vão, isto é, com aqueles em que há baixos intentos, logo, em quem não pode haver paz.

Ao mesmo nível literário, o do seu reiterado ódio ao povo vão, António Ferreira, numa das importantes cartas que dirigiu a Pêro de Andrade Caminha⁵⁹, demora-se a insinuar – talvez o poeta julgasse demonstrar – que as letras são portadoras e organizadoras da paz, essa paz que seria seguramente redutor identificar apenas com o fim de guerras literárias, fossem quais fossem.

Efectivamente, quando Ferreira, invocando as Musas, lhes pede:

[...] *vinde, desfazei*
*tal guerra contra vós, deixai-nos paz*⁶⁰,

o seu pedido tem um alcance que vai muito além de qualquer possível “guerra” literária: ele visa alcançar por seu intermédio um tempo perdido, mas sempre recordado e, por isso mesmo, sempre possível, o tempo em que

levavam pedras, levantavam muros,
*amansavam liões os doces cantos*⁶¹.

⁵⁶ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 290, vv.97-98.

⁵⁷ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 287-292.

⁵⁸ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 292, vv.154-156.

⁵⁹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 279-287.

⁶⁰ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 284, vv.146-147.

⁶¹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Ed. cit., p. 284, vv.169-170.

Em cada poeta, um novo Orfeu ou um novo Anfião são de novo possíveis. O poeta é um pacificador, nesse tempo concreto do humanismo renascentista que poderia, emblematicamente, ser enunciado como o tempo das Letras para a Paz. Com toda a naturalidade, daqui arranca – como é bem sabido – a exposição coerente de António Ferreira não só em defesa da subordinação das Armas às Letras – das «fortes armas» às «sãs letras» – mas também da obrigação que o Poder (o Rei, neste caso) tem de proteger as mesmas Letras, como meio de garantir a paz.